

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — *Diretora*MARCOS SÁ CORRÉA — *Editor*FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Executivo*ROBERTO POMPEU DE TOLEDO — *Editor Executivo**Elon Brasil*

Hora de Agir

O atraso na definição de uma política de rendas, que delineie os salários e a margem de lucro do capital, pode comprometer a própria continuação do sucesso do Plano Verão. Até o momento não há indicadores precisos de que a política fiscal está dentro das previsões. O Tesouro tem feito grande economia de gastos com os órgãos da administração subordinar as liberações à existência de recursos em caixa. Do mesmo modo, ao transferir o pagamento do funcionalismo do dia 20 do mês trabalhado para o dia 10 do mês seguinte, economizou despesas.

Mas até que ponto essa economia se deve mais à inexistência de um Orçamento para 1989, depois do voto presidencial ao que foi aprovado pelo Congresso em janeiro, do que à prática da verdadeira austeridade pelos órgãos públicos? O que se assiste é à moratória geral dos compromissos do governo. Empreiteiros, fornecedores e prestadores de serviços ao governo federal estão com as faturas atrasadas bem além dos prazos usuais.

Essas dívidas não estão mais sujeitas à correção monetária, extinta pela Medida Provisória 32. Aparentemente, com o congelamento, a perda de caixa para os que têm a receber do governo é equivalente à inflação do período, forçosamente baixa. Mas, acostumados aos atrasos do governo, seus contratados recorriam ao crédito bancário. O expediente tornou-se um verdadeiro suicídio financeiro com os altos juros cobrados pelo sistema bancário, diante do violento avanço do Tesouro e do Banco Central sobre o dinheiro disponível na economia.

Do alto de sua grande sabedoria e da experiência de quem pilotou um dos períodos de maior austeridade financeira na história do Brasil (reduziu a inflação de modo consistente, mas acabou levando às "falências purificadoras" de 1965-66) o ex-ministro da Fazenda, professor Octávio Gouvêa de Bulhões, adverte que a manutenção das altas taxas de juros nos papéis do Tesouro pode derrubar o Plano Verão, do qual foi um dos grandes inspiradores.

A rigidez da política monetária no mercado

aberto para enxugar a liquidez da economia não pode permanecer por muito tempo. O setor privado está sendo asfixiado, especialmente nos segmentos dependentes do crédito, como as pequenas e médias empresas e aquelas que têm a receber de governo, pois a moratória se estendeu às contas dos estados e municípios, devido ao congelamento dos créditos na situação em que se encontravam em dezembro.

Os juros reais de quase 20% ao mês pagos desde fevereiro pelos papéis do Tesouro não representam apenas custos insuportáveis para as empresas devedoras, em função do imediato reajuste dos juros bancários. Implicam ganhos extraordinários para investidores e empresas que estão com boa liquidez e podem aplicar no *overnight* os recursos ociosos de caixa pelas altas taxas oferecidas nas Letras Financeiras do Tesouro, resultando em perversa concentração de renda. De outra parte, o próprio governo já se deu conta de que o Tesouro não suportará por mais tempo o pagamento de altos juros reais sobre seus títulos, sob pena de ficar a meta de contenção do déficit público seriamente ameaçada pelo custo financeiro direto do financiamento do déficit.

De outra parte, o Sistema Financeiro da Habitação já apresenta um rombo contábil de mais de NCZ\$ 20 bilhões por conta do subsídio aos mutuários, que estão tendo suas dívidas corrigidas pela inflação oficial do IPC, enquanto os depósitos nas cadernetas de poupança, que financiam os imóveis, recebem o mesmo alto rendimento das LFTs.

O governo precisa sair do imobilismo e da tentação de acomodação ao congelamento que corroeram o Plano Cruzado. Ele pode reprimir temporariamente a inflação, medida pelos índices de preços. Mas os custos internos da economia, especialmente nos setores de atividade onde os preços estavam mais desfasados, não deixam de subir. Manter o congelamento é como tentar curar o doente pela quebra do termômetro: a febre não aparece, mas a infecção continua a agir e tende a degenerar em grave doença ou seqüela. Ou seja, se nada for feito a tempo, a inflação pode voltar mais virulenta.